

DETERMINANTES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE RACIAL NOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS: evidências a partir da Munic

DETERMINANTS OF THE INSTITUTIONALIZATION OF PUBLIC POLICIES OF RACIAL EQUALITY IN THE NORTHEASTERN MUNICIPALITIES: evidence from the Munic

DETERMINANTES DE LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDAD RACIAL EN LOS MUNICIPIOS DEL NORESTE: evidencia de los Munic

Grupo temático 09 - Agenda, formulação e implementação de políticas públicas

Crystiane Amaral Coutinho, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará (PPAC-UFC).

Ana Paula Moreno Pinho, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará (PPAC-UFC).

Daniel Barboza Guimarães, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará (PPAC-UFC).

Marinalva Cardoso Maciel, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Pará (PPGAD-UFPA).

RESUMO

Este artigo analisa os fatores institucionais, fiscais e socioeconômicos associados aos diferentes níveis de institucionalização das políticas públicas de igualdade racial nos municípios do Nordeste brasileiro. Para tanto, construiu-se o Índice de Capacidade Municipal em Políticas de Igualdade Racial (ICMPIR), a partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE), e estimaram-se modelos de regressão logística ordinal e binária. A análise descritiva evidencia que a institucionalização dessas políticas é incipiente na ampla maioria dos municípios nordestinos, com forte concentração nos níveis de ausência institucional ou baixa institucionalização. Os resultados multivariados indicam que a capacidade fiscal municipal, mensurada pela receita per capita, está positivamente associada a maiores níveis de institucionalização, enquanto a capacidade administrativa burocrática, operacionalizada pelo número de servidores estatutários per capita, não apresentou efeito estatisticamente significativo. Ademais, a existência de conselhos municipais de direitos humanos e de povos e comunidades tradicionais mostrou-se fortemente associada à institucionalização das políticas de igualdade racial, evidenciando o papel da institucionalidade participativa e da densidade institucional. Observam-se ainda heterogeneidades territoriais relevantes entre as Unidades da Federação. Os achados indicam que a consolidação das políticas municipais de igualdade racial depende da combinação entre capacidade fiscal, arranjos institucionais específicos e ambientes participativos, reforçando os desafios para a efetivação dessa agenda no nível local.

Palavras-chave: Políticas públicas de igualdade racial; Institucionalização de políticas públicas; Capacidade estatal municipal.

ABSTRACT

This article analyzes the institutional, fiscal, and socioeconomic factors associated with the different levels of institutionalization of public policies for racial equality in the municipalities of the Brazilian Northeast. To this end, the Municipal Capacity Index in Racial Equality Policies (ICMPIR) was constructed from data from the Municipal Basic Information Survey (MUNIC/IBGE), and ordinal and binary logistic regression models were estimated. The descriptive analysis shows that the institutionalization of these policies is incipient in the vast majority of northeastern municipalities, with a strong concentration in the levels of institutional absence or low institutionalization. The multivariate results indicate that the municipal fiscal capacity, measured by per capita revenue, is positively associated with higher levels of institutionalization, while the bureaucratic administrative capacity, operationalized by the number of statutory servants per capita, did not present a statistically significant

effect. In addition, the existence of municipal councils for human rights and for traditional peoples and communities was strongly associated with the institutionalization of racial equality policies, evidencing the role of participatory institutionality and institutional density. Relevant territorial heterogeneities are also observed among the Federation Units. The findings indicate that the consolidation of municipal policies for racial equality depends on the combination of fiscal capacity, specific institutional arrangements and participatory environments, reinforcing the challenges for the implementation of this agenda at the local level.

Keywords: Public policies for racial equality; Institutionalization of public policies; Municipal state capacity.

RESUMEN

Este artículo analiza los factores institucionales, fiscales y socioeconómicos asociados con los diferentes niveles de institucionalización de políticas públicas para la igualdad racial en los municipios del noreste brasileño. Con este fin, se elaboró el Índice de Capacidad Municipal en Políticas de Igualdad Racial (ICMPIR) a partir de datos de la Encuesta Básica de Información Municipal (MUNIC/IBGE), y se estimaron modelos de regresión logística ordinal y binaria. El análisis descriptivo muestra que la institucionalización de estas políticas es incipiente en la gran mayoría de los municipios del noreste, con una fuerte concentración en los niveles de ausencia institucional o baja institucionalización. Los resultados multivariantes indican que la capacidad fiscal municipal, medida por ingresos per cápita, está positivamente asociada con niveles más altos de institucionalización, mientras que la capacidad administrativa burocrática, operacionalizada por el número de funcionarios estatutarios per cápita, no presentó un efecto estadísticamente significativo. Además, la existencia de consejos municipales para los derechos humanos y para los pueblos y comunidades tradicionales estuvo fuertemente asociada con la institucionalización de las políticas de igualdad racial, evidenciando el papel de la institucionalidad participativa y la densidad institucional. También se observan heterogeneidades territoriales relevantes entre las Unidades de la Federación. Los hallazgos indican que la consolidación de las políticas municipales para la igualdad racial depende de la combinación de capacidad fiscal, arreglos institucionales específicos y entornos participativos, reforzando los retos para la implementación de esta agenda a nivel local.

Palabras clave: Políticas públicas para la igualdad racial; Institucionalización de las políticas públicas; Capacidad municipal estatal.

1. Introdução:

A recorrência das desigualdades raciais no Brasil evidencia os limites das políticas públicas universalistas e reforça a necessidade de instrumentos específicos voltados à promoção da igualdade racial, especialmente em contextos marcados pelo racismo estrutural. Zeifert et al. (2024) demonstram que o racismo estrutural continua a reproduzir desigualdades sociais, econômicas e ocupacionais que afetam desproporcionalmente a população negra no país. De forma complementar, Cunha et al. (2025) evidenciam que práticas institucionais insensíveis perpetuam essas desigualdades, impedindo que políticas públicas de caráter geral alcancem resultados equitativos. Assim, torna-se fundamental que os sistemas públicos contem com instrumentos específicos capazes de enfrentar tais desigualdades de maneira direta e contextualizada.

No âmbito municipal, essas políticas assumem papel estratégico, uma vez que os municípios constituem o nível federativo mais próximo das demandas sociais e territoriais e desempenham papel central na implementação das políticas públicas. Apesar desse protagonismo potencial, a institucionalização das políticas de igualdade racial no nível local permanece desigual e, em muitos casos, incipiente, refletindo assimetrias de capacidade institucional entre os municípios brasileiros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019, 2023; Cameron & Evans, 2024).

Nesse contexto, o Nordeste brasileiro reúne condições históricas, sociais e institucionais que tornam essa discussão particularmente relevante. A região concentra uma elevada proporção da população negra, com a segunda maior proporção de pessoas pardas (59,6%) e a maior proporção de pessoas pretas (13,0%) entre as grandes regiões do país, refletindo a presença demográfica significativa de afrodescendentes na sociedade nordestina (IBGE, 2019, 2023). Além disso, o Nordeste abriga cerca de 64% das localidades quilombolas registrados no Brasil, com forte concentração em estados como Bahia e Maranhão (IBGE, 2019, 2023).

Nesse cenário, as políticas públicas de igualdade racial desempenham papel central no enfrentamento das persistentes desigualdades socioeconômicas e raciais, como desigualdades salariais, educacionais e de acesso a serviços públicos, que conforme a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) afetam desproporcionalmente a população negra da região (Sudene, 2025). Ademais, Almeida (2019) argumenta que o racismo estrutural no Brasil opera de forma sistêmica para limitar o acesso a direitos e oportunidades, reforçando barreiras sociais e institucionais que exigem respostas específicas do Estado. Assim, a efetivação dessas políticas depende da capacidade dos governos municipais de traduzirem diretrizes nacionais em arranjos institucionais concretos.

Embora a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Igualdade Racial e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) tenham estabelecido um arcabouço jurídico robusto, a literatura aponta que a existência desses marcos normativos não garante, por si só, a institucionalização das políticas no plano local.

Fragilidades administrativas, restrições fiscais e a ausência de ambientes institucionais participativos limitam a consolidação dessas políticas nos municípios, tornando-as vulneráveis à descontinuidade (Alves et al., 2021; Vilarinho & Soares, 2024; Carlos et al., 2025).

Revisões recentes da literatura internacional sobre *policy capacity* indicam a expansão do campo e apontam a persistência de lacunas empíricas, especialmente no que se refere à análise das capacidades estatais no nível local e em contextos do Sul Global (Cameron & Evans, 2024).

Do ponto de vista empírico, o estudo oferece contribuições ao analisar de forma sistemática os municípios do Nordeste brasileiro, o artigo responde a lacunas apontadas pela literatura recente sobre capacidades estatais e *policy capacity*, especialmente no que se refere a contextos subnacionais e do Sul Global (Cameron & Evans, 2024). Os resultados avançam ao demonstrar que a institucionalização das políticas públicas de igualdade racial não depende apenas da existência de marcos normativos, mas é fortemente condicionada por capacidades fiscais e pela presença de ambientes institucionais participativos, corroborando evidências nacionais recentes sobre os efeitos diferenciados das capacidades estatais no nível local (Segatto et al., 2021; Lui et al., 2023).

Do ponto de vista acadêmico, o estudo dialoga com a literatura sobre racismo estrutural ao evidenciar que políticas universalistas são insuficientes para enfrentar desigualdades raciais persistentes, reforçando a necessidade de instrumentos institucionais específicos e capacidades estatais orientadas a agendas sensíveis a desigualdades (Almeida, 2019; Zeifert et al., 2024; Cunha et al., 2025; Elaskar, 2025).

E sob a perspectiva social e normativa, o artigo contribui ao evidenciar que, em regiões marcadas por elevada presença da população negra, comunidades quilombolas e desigualdades estruturais, a consolidação das políticas de igualdade racial depende da capacidade dos governos municipais de traduzirem diretrizes nacionais em arranjos institucionais concretos e participativos, oferecendo subsídios empíricos relevantes para o aperfeiçoamento da ação pública no campo da promoção da igualdade racial (IBGE, 2019, 2023; Sudene, 2025).

Diante desse cenário, este artigo buscou responder à seguinte questão de pesquisa: **quais fatores institucionais, fiscais e socioeconômicos estão associados aos diferentes níveis de institucionalização das políticas públicas de igualdade racial nos municípios do Nordeste brasileiro?** O objetivo geral consistiu em identificar os fatores institucionais, fiscais e socioeconômicos associados aos diferentes níveis de institucionalização das políticas públicas de igualdade racial nos municípios da Região Nordeste do Brasil. Para tanto, o estudo teve como objetivos específicos: (i) mensurar o grau de institucionalização das políticas municipais de igualdade racial nos municípios do Nordeste brasileiro; (ii) identificar os fatores fiscais e institucionais associados aos diferentes níveis de institucionalização dessas políticas; e (iii) examinar o papel da institucionalidade participativa e das características territoriais na probabilidade de institucionalização das políticas de igualdade racial.

Ao combinar análise descritiva e modelagem econométrica em larga escala, o artigo contribui para a literatura ao oferecer evidências empíricas sistemáticas sobre a ação municipal em políticas de igualdade racial. Os resultados indicam que a institucionalização dessas políticas permanece limitada na maioria dos municípios, sendo fortemente condicionada pela capacidade fiscal e pela presença de ambientes institucionais participativos, mais do que pelo simples volume da burocracia local.

Assim, o estudo avança na compreensão das capacidades estatais locais ao evidenciar que a consolidação da agenda racial depende de recursos, arranjos institucionais específicos e densidade participativa, especialmente em contextos regionais marcados por desigualdades estruturais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O referencial teórico deste estudo está organizado em quatro eixos analíticos, construídos a partir da literatura que discute políticas públicas de igualdade racial, institucionalização de políticas públicas e determinantes da ação estatal no nível municipal

2.1 Arcabouço jurídico-institucional das políticas públicas de igualdade racial

O processo de institucionalização das políticas públicas de igualdade racial no Brasil é sustentado por um arcabouço jurídico-institucional que reconhece o enfrentamento ao racismo como responsabilidade do Estado e estabelece diretrizes formais para a ação governamental. Conforme destacam Vilarinho e Soares (2024), esse marco normativo expressa o reconhecimento do racismo como problema público e como dimensão estruturante das desigualdades sociais, deslocando-o do campo moral ou cultural para o âmbito da ação estatal organizada.

Um dos primeiros marcos desse processo é a Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, que autorizou a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP). A Fundação foi instituída com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, além de desempenhar papel relevante no reconhecimento e certificação das comunidades remanescentes de quilombos. A criação da FCP representa um passo inicial na institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no âmbito federal, ao estabelecer uma estrutura administrativa permanente dedicada à temática (Brasil, 1988).

O avanço normativo mais expressivo ocorre com a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. O Estatuto tem como objetivo garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, bem como o combate à discriminação e às demais formas de intolerância racial. De acordo com Silva (2023), o Estatuto consolida uma abordagem transversal das políticas de igualdade racial, ao articular múltiplas áreas de políticas públicas e reconhecer o caráter estrutural das desigualdades raciais no Brasil.

Além disso, o Estatuto explicita que a superação das desigualdades raciais exige transformações nas próprias estruturas institucionais do Estado. Essa diretriz reforça a compreensão da igualdade racial como problema de ação pública contínua, atribuindo responsabilidades aos entes federativos e incentivando a descentralização da implementação das políticas (Brasil, 2010; Silva, 2023).

Como desdobramento desse marco legal, institui-se o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), concebido como um sistema descentralizado e participativo, voltado à articulação entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Para Vilarinho e Soares (2024), o SINAPIR constitui um importante mecanismo indutor da institucionalização das políticas de igualdade racial no nível local, ao estabelecer parâmetros mínimos de governança, estruturas administrativas e instâncias de participação social.

Entretanto, conforme argumenta a literatura, a existência de um arcabouço jurídico robusto não assegura, por si só, a efetivação das políticas no plano local. Assim, o marco jurídico-institucional deve ser compreendido como elemento indutor e normativo da ação pública, cuja concretização depende da capacidade institucional dos entes subnacionais, especialmente dos municípios.

Evidências empíricas recentes no contexto brasileiro reforçam a necessidade de analisar a capacidade estatal de forma desagregada. Segatto et al. (2021), ao investigarem os efeitos das capacidades estatais nas políticas municipais de educação, demonstram que diferentes dimensões da capacidade estatal — especialmente as capacidades técnico-administrativas e político-relacionais — produzem impactos distintos sobre a formulação e implementação de políticas públicas municipais.

2.2 Políticas públicas de igualdade racial e institucionalização

As políticas públicas de igualdade racial emergem do reconhecimento de que as desigualdades raciais estruturam o acesso a direitos, recursos e oportunidades na sociedade brasileira. Segundo Alves et al. (2021), tais políticas se fundamentam na compreensão de que o racismo opera como mecanismo persistente de reprodução das desigualdades sociais, exigindo respostas estatais específicas e intencionais.

A institucionalização dessas políticas refere-se ao processo pelo qual elas passam a integrar de forma estável o aparato estatal, por meio da criação de estruturas administrativas, instrumentos normativos e mecanismos permanentes de implementação. Silva (2023) define a institucionalização como um processo gradual, marcado pela incorporação das políticas às rotinas administrativas do Estado, reduzindo sua dependência de vontades políticas conjunturais.

Nesse sentido, Carlos et al. (2025) argumentam que a institucionalização não se limita à existência formal da política, mas envolve sua densidade institucional, expressa na presença de capacidades burocráticas,

recursos orçamentários, instrumentos normativos e continuidade administrativa. Políticas com baixa densidade institucional tendem a ser mais frágeis e vulneráveis a processos de descontinuidade.

Esse entendimento dialoga com Bauer et al. (2021), que destacam que a resiliência das políticas públicas depende da capacidade do Estado de sustentar arranjos administrativos relativamente autônomos, profissionalizados e protegidos de interferências políticas abruptas. Embora não tratem especificamente das políticas de igualdade racial, suas contribuições são fundamentais para compreender por que essas políticas, quando pouco institucionalizadas, tornam-se especialmente vulneráveis.

No campo das políticas de igualdade racial, Carlos et al. (2025) ressaltam que trajetórias institucionais frágeis reforçam padrões de descontinuidade, sobretudo em contextos de alternância política e baixa priorização governamental. Assim, a institucionalização deve ser compreendida como processo político-administrativo complexo, no qual se articulam reconhecimento do problema público, capacidades estatais e estabilidade institucional.

2.3 Determinantes institucionais e administrativos da adoção de políticas públicas

A literatura aponta que a adoção de políticas públicas no nível municipal é fortemente condicionada por fatores institucionais e administrativos. Ferreira (2021) argumenta que a presença de capacidades estatais, expressas em burocracias especializadas, rotinas administrativas consolidadas e recursos técnicos é determinante para a implementação de políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais.

Nessa direção, Silva (2023) enfatiza que a existência de órgãos gestores específicos, conselhos e instâncias de participação social funciona como mecanismo de ancoragem institucional das políticas de igualdade racial, contribuindo para sua continuidade ao longo do tempo. Esses arranjos institucionais operam como mediadores entre diretrizes nacionais e a ação local.

Albrecht et al. (2022) reforçam essa perspectiva ao indicar que a mera existência de estruturas administrativas formais não é suficiente. Segundo os autores, a efetividade das políticas depende da capacidade de coordenação interna, da clareza de atribuições e da estabilidade dos quadros técnicos. Políticas transversais, como as de igualdade racial, enfrentam desafios adicionais por demandarem articulação intersetorial e capacidades administrativas mais complexas.

Augusto e Manfetti (2023) complementam essa análise ao destacar que capacidades estatais desiguais entre municípios produzem padrões assimétricos de implementação de políticas públicas. Municípios com menor capacidade administrativa tendem a apresentar maior dificuldade de institucionalizar políticas que exigem coordenação, planejamento e continuidade, como as políticas de igualdade racial.

Assim, fatores como estrutura administrativa, profissionalização burocrática, capacidade de gestão e existência de instâncias institucionais específicas configuram-se como elementos centrais para explicar as diferenças observadas entre os municípios quanto ao grau de adoção e institucionalização das políticas públicas de igualdade racial.

2.4 Fatores socioeconômicos e desigualdades territoriais

Além dos aspectos institucionais, as características socioeconômicas e territoriais dos municípios influenciam diretamente a adoção e a institucionalização das políticas públicas. Lopes e Neves (2022) destacam que variáveis como porte populacional, nível de desenvolvimento econômico e capacidade fiscal condicionam a capacidade de ação do poder público local.

No entanto, no caso das políticas de igualdade racial, essa relação não se apresenta de forma linear. Alves et al. (2021) ressaltam que as desigualdades raciais tendem a ser mais intensas justamente em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica, nos quais a capacidade institucional dos municípios é mais limitada, produzindo um paradoxo entre necessidade social e capacidade estatal.

Felipe et al. (2025) argumentam que desigualdades territoriais históricas moldam não apenas as condições socioeconômicas locais, mas também as capacidades institucionais dos governos subnacionais. Municípios inseridos em regiões marcadas por desigualdades estruturais tendem a apresentar maior dependência de transferências intergovernamentais e menor autonomia administrativa, o que impacta diretamente a institucionalização de políticas públicas sensíveis.

Carlos et al. (2025) indicam que políticas com baixa densidade institucional, quando implementadas em contextos socioeconômicos adversos, tornam-se ainda mais suscetíveis à descontinuidade. Essa evidência reforça a necessidade de considerar, de forma integrada, fatores institucionais e socioeconômicos na análise da adoção e institucionalização das políticas públicas de igualdade racial no nível municipal.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, de natureza explicativa, fundamentada na análise de dados secundários. De acordo com Gray (2012), a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo uso de dados mensuráveis e estruturados, permitindo a aplicação de técnicas estatísticas para identificar padrões, associações e relações entre variáveis. Em contraste com a abordagem qualitativa, voltada à compreensão aprofundada de significados, percepções e processos sociais, a abordagem quantitativa privilegia a generalização analítica e a explicação de fenômenos observáveis, sendo adequada a estudos que operam com grandes bases de dados e unidades de análise bem definidas, como os municípios.

Quanto à natureza da pesquisa, o estudo é classificado como explicativo, uma vez que busca identificar os fatores associados à implementação e ao grau de institucionalização de políticas públicas de igualdade racial no nível municipal. Segundo Raupp e Beuren (2006), a pesquisa explicativa tem como objetivo central identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, ultrapassando a descrição ao estabelecer relações entre variáveis. Gray (2012) acrescenta que estudos explicativos se apoiam em modelos analíticos capazes de testar empiricamente hipóteses e relações entre variáveis independentes e dependentes.

A investigação fundamenta-se na análise de dados secundários, provenientes de bases públicas oficiais. Conforme Gray (2012), dados secundários correspondem a informações previamente coletadas para outros fins, mas que podem ser reanalisadas para responder a novas questões de pesquisa, desde que observados critérios de confiabilidade, adequação conceitual e compatibilidade temporal. Raupp e Beuren (2006) destacam que o uso de dados secundários é recorrente em pesquisas quantitativas e explicativas, especialmente quando se busca analisar fenômenos em escala ampla, reduzindo custos e ampliando a comparabilidade entre unidades de análise. A unidade de análise corresponde aos municípios da Região Nordeste do Brasil, considerados individualmente.

3.1 Procedimentos de levantamento bibliográfico

Como etapa inicial da pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico orientado pela técnica de amostragem em bola de neve (snowball). Segundo Gray (2012), essa técnica consiste em iniciar a revisão a partir de estudos-chave e, a partir de suas referências, identificar novos trabalhos relevantes, ampliando progressivamente o corpus teórico analisado. Trata-se de um procedimento particularmente útil em campos de pesquisa especializados ou interdisciplinares, nos quais a literatura relevante nem sempre é plenamente captada por buscas automatizadas. Raupp e Beuren (2006) situam a técnica de bola de neve no âmbito dos procedimentos de pesquisa bibliográfica, ressaltando que sua utilização contribui para a sistematização do referencial teórico e para a construção de categorias analíticas coerentes com o objeto de estudo.

No presente estudo, o ponto de partida do levantamento bibliográfico foram os trabalhos de Carlos et al. (2025) e Alves et al. (2021). A partir desses estudos, identificaram-se novas referências por meio das listas bibliográficas, as quais subsidiaram a definição das variáveis analíticas, a construção do indicador de interesse e a formulação da estratégia empírica adotada.

3.2 Base de dados e unidade de análise

O estudo utiliza dados secundários provenientes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua edição mais recente com informações sobre políticas de promoção da igualdade racial, combinados com dados fiscais do Finanças do Brasil (FINBRA), da Secretaria do Tesouro Nacional.

A unidade de análise corresponde aos municípios da Região Nordeste, totalizando inicialmente 1.794 municípios. Para a etapa de estatística descritiva, foram considerados todos os municípios com informações disponíveis na base da MUNIC. Já para a etapa de modelagem econométrica, houve redução do número de observações, em função da indisponibilidade de informações fiscais para alguns municípios no FINBRA e da existência de valores ausentes em variáveis explicativas específicas. Essa estratégia permitiu preservar o máximo de informações na análise descritiva, ao mesmo tempo em que assegurou consistência estatística nos modelos estimados.

3.3 Construção do indicador de implementação de políticas (ICMPIR)

Como variável central do estudo, foi construído o Índice de Capacidade Municipal em Políticas de Igualdade Racial (ICMPIR), com base em informações da MUNIC relativas à institucionalização da política de promoção da igualdade racial no âmbito municipal.

O indicador é composto por sete dimensões binárias (0 = inexistente; 1 = existente), que captam diferentes instrumentos institucionais e administrativos da política, a saber:

1. Existência de órgão gestor de igualdade racial;
2. Existência de grupo de trabalho intersetorial para articulação da política;
3. Existência de legislação municipal específica sobre igualdade racial;

4. Existência de plano municipal de igualdade racial;
5. Existência de conselho municipal de igualdade racial;
6. Existência de fundo municipal de igualdade racial;
7. Desenvolvimento de política e/ou programa municipal de promoção da igualdade racial.

O ICMPIR corresponde à soma simples dessas dimensões, variando de 0 a 7, em linha com a literatura que trata a capacidade estatal municipal como um construto cumulativo e incremental. A elevada proporção de municípios com valores baixos no indicador — inclusive com ausência total de instrumentos — inviabilizou o uso de técnicas como análise fatorial, justificando a adoção de um índice aditivo.

Para fins analíticos, o ICMPIR foi posteriormente categorizado em três níveis ordenados de institucionalização:

- 0: Ausência institucional;
- 1 a 3: Baixa institucionalização;
- 4 a 7: Maior institucionalização.

Essa categorização permitiu captar diferenças substantivas entre níveis de capacidade institucional, preservando a ordenação natural do fenômeno

3.4 Estratégia analítica

A estratégia empírica combina análise descritiva e modelagem econométrica. Inicialmente, realiza-se a caracterização dos municípios por meio de estatísticas descritivas e representações gráficas do ICMPIR e das principais variáveis explicativas.

Em seguida, procede-se à estimação de modelos econométricos destinados a identificar os fatores associados à implementação de políticas de igualdade racial no nível municipal. A análise empírica é conduzida por meio de modelos de regressão logística, adequados à natureza categórica da variável dependente.

3.5 Modelos econométricos

Foram estimados dois modelos complementares:

(a) **regressão logística binária**, para estimar a probabilidade de implementação de políticas. O modelo de regressão logística binária foi utilizado para estimar a probabilidade de um município apresentar algum nível de implementação de políticas de igualdade racial. O modelo é especificado da seguinte forma:

$$\text{logit}(P(ICMPIR_i = 1)) = \beta_0 + \mathbf{X}_i\boldsymbol{\beta} + \varepsilon_i$$

(b) **regressão logística ordinal**, apropriada para analisar os determinantes dos diferentes níveis de institucionalização do ICMPIR. Adicionalmente, estimou-se um modelo de regressão logística ordinal, apropriado para analisar os determinantes associados aos diferentes níveis de institucionalização do ICMPIR, respeitando a ordenação das categorias do indicador.

3.6 Variáveis explicativas e de controle

O vetor $\mathbf{X}_i$ inclui variáveis que captam capacidades estatais, porte municipal e características territoriais.

A capacidade financeira foi mensurada por meio da receita bruta per capita, obtida a partir da base FINBRA e transformada em logaritmo natural, de modo a reduzir assimetria e facilitar a interpretação dos coeficientes.

A capacidade administrativa municipal (CapAdm) foi operacionalizada a partir do número de servidores estatutários per capita, como proxy do grau de institucionalização da burocracia local.

O porte populacional foi incluído como variável de controle, considerando sua relevância para a complexidade administrativa e para a capacidade de oferta de políticas públicas. As faixas populacionais da MUNIC foram agregadas em três categorias.

Por fim, incluíram-se variáveis dummy para as Unidades da Federação, com o objetivo de controlar efeitos institucionais e históricos específicos dos estados, adotando-se o Maranhão como categoria de referência. As análises foram realizadas com o suporte computacional do RStudio.

3.7 Limitações do estudo

O estudo apresenta limitações inerentes ao uso de dados secundários, sujeitos a inconsistências e informações ausentes. A redução da amostra na etapa de modelagem pode introduzir viés de seleção, ainda que se trate de uma restrição comum em pesquisas que combinam bases administrativas distintas.

Além disso, as proxies utilizadas para mensurar capacidades administrativas e financeiras não capturam integralmente a complexidade dos arranjos institucionais locais. Ainda assim, a estratégia adotada permite avançar na compreensão dos fatores associados à ação municipal em políticas de igualdade racial.

3.8 Uso de ferramentas digitais no processo de pesquisa

Como apoio ao processo de pesquisa, foi utilizada uma ferramenta de inteligência artificial baseada em modelos generativos de linguagem (GPT), empregada exclusivamente para fins auxiliares, tais como revisão de redação acadêmica, organização textual, padronização de citações e apoio à clareza expositiva. Ressalta-se que a ferramenta não foi utilizada para a geração de dados, definição dos procedimentos metodológicos, análise estatística, interpretação dos resultados ou elaboração das conclusões do estudo. Todas as decisões analíticas, escolhas metodológicas e interpretações substantivas foram de inteira responsabilidade dos autores.

4 RESULTADOS

Esta seção apresenta os principais resultados empíricos do estudo. Inicialmente, são expostos os resultados descritivos sobre o grau de institucionalização das políticas municipais de igualdade racial nos municípios do Nordeste brasileiro. Em seguida, analisam-se os resultados dos modelos econométricos, com foco nos fatores institucionais, fiscais, socioeconômicos e participativos associados à institucionalização dessas políticas.

4.1 Estatística descritiva: baixa institucionalização como padrão dominante

A análise descritiva evidencia que a institucionalização das políticas municipais de igualdade racial no Nordeste brasileiro é, em geral, incipiente. Conforme apresentado na Tabela 1, observa-se forte concentração dos municípios nos estratos mais baixos do Índice de Capacidade Municipal em Políticas de Igualdade Racial (ICMPIR), com predominância das categorias de ausência institucional ou baixa institucionalização.

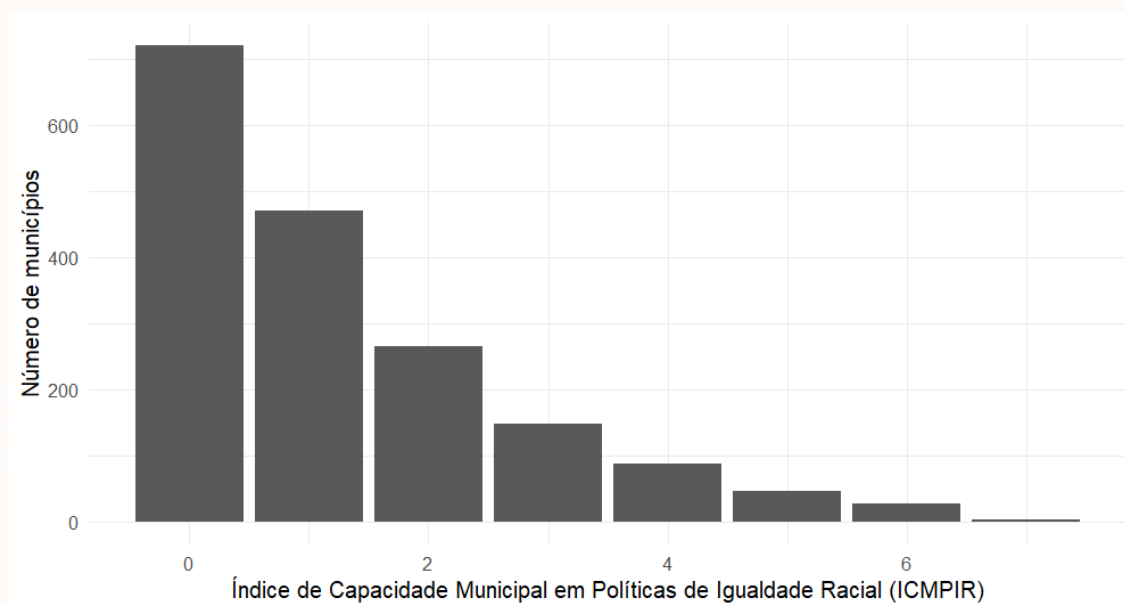
Tabela 1 – Caracterização dos municípios do Nordeste segundo institucionalização das políticas de igualdade racial

ICMPIR	N (%)
0	720 (41%)
1	471 (27%)
2	265 (14%)
3	147 (8%)
4	88 (5%)
5	45 (3%)
6	26 (2%)
7	2 (0.1%)
ICMPIR cat	-
0	720 (41%)
1	971 (55%)
2	73 (4%)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa (2026).

A Figura 1 reforça visualmente esse padrão, evidenciando a assimetria da distribuição do ICMPIR e a predominância de municípios nos estratos inferiores do indicador. Esse resultado sugere que, apesar da existência de marcos normativos nacionais e da crescente visibilidade do debate racial no Brasil, a tradução dessas diretrizes em arranjos institucionais locais permanece limitada.

Figura 1 – Distribuição do Índice de Capacidade Municipal em Políticas de Igualdade Racial (ICMPIR)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa (2026).

Do ponto de vista analítico, esses resultados dialogam diretamente com a literatura que aponta os limites da indução normativa na consolidação das políticas de igualdade racial no plano local. Conforme argumentam Silva (2023) e Vilarinho e Soares (2024), a existência de marcos jurídicos nacionais e de sistemas federativos de coordenação, como o SINAPIR, não garante automaticamente sua tradução em arranjos institucionais municipais. Ademais, a elevada proporção de municípios situados nos níveis mais baixos do ICMPIR reforça o argumento de Carlos et al. (2025) de que políticas com baixa densidade institucional tendem a permanecer marginais e vulneráveis no âmbito subnacional.

A **Tabela 2**, ao desagregar o ICMPIR segundo variáveis institucionais e socioeconômicas, antecipa padrões posteriormente confirmados nos modelos multivariados, sugerindo que municípios com maior densidade institucional e melhores condições fiscais apresentam maiores níveis de institucionalização.

Tabela 2 – Indicadores socioeconômicos e institucionais segundo categorias do ICMPIR

Variável	Categorias de ICMPIR		
	0 (N = 720)	1 (N = 971)	2 (N = 73)
LnReceita _{pc}	18,1 (17,6–18,6)	18,4 (17,9–18,9)	19,2 (18,6–20,2)
CapAdm _{pc}	30 (23–38)	29 (22–36)	22 (16–31)
FaixaPop3			
1	304 (42%)	286 (29%)	3 (4%)
2	385 (53%)	570 (59%)	36 (49%)
3	31 (5%)	115 (12%)	34 (47%)
Conselho _{DH}			
0	717 (99%)	964 (99%)	68 (93%)
1	3 (1%)	7 (1%)	5 (7%)
Conselho _{Povos}			
0	720 (100%)	965 (99%)	71 (97%)
1	0 (0%)	6 (1%)	2 (3%)

Nota: Para variáveis quantitativas é apresentado: Mediana (Q1–Q3); para qualitativas: n (%)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa (2026).

4.2 Resultados da regressão logística ordinal

Os resultados do modelo de regressão logística ordinal, apresentados na Tabela 3, indicam que a capacidade fiscal municipal, mensurada pelo logaritmo da receita per capita, está positivamente associada à

probabilidade de um município alcançar níveis mais elevados de institucionalização das políticas de igualdade racial.

Tabela 3 – Resultados da regressão logística ordinal para o ICMPIR

Variável	Odds Ratio	IC 95% (Inf.)	IC 95% (Sup.)	p-valor
LnReceita _{pc}	2,014	1,587	2,561	0,000
CapAdm _{pc}	1,003	0,994	1,012	0,512
FaixaPop 2	0,904	0,663	1,232	0,522
FaixaPop 3	1,501	0,754	2,996	0,248
UF22	0,925	0,613	1,395	0,709
UF23	1,063	0,702	1,610	0,773
UF24	1,073	0,698	1,650	0,749
UF25	0,938	0,628	1,399	0,752
UF26	0,731	0,482	1,107	0,139
UF27	0,549	0,334	0,901	0,018
UF28	0,617	0,360	1,052	0,077
UF29	1,171	0,828	1,655	0,370

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa (2026).

O odds ratio estimado revela que incrementos na capacidade fiscal aumentam substancialmente as chances de transição para categorias superiores do ICMPIR. Esse achado é consistente com a literatura que destaca o papel dos recursos financeiros como condição habilitadora da ação estatal local. Lopes e Neves (2022) e Felipe et al. (2025) argumentam que desigualdades fiscais e territoriais estruturam a capacidade dos municípios de institucionalizar políticas públicas sensíveis, como as de promoção da igualdade racial. Além disso, o resultado dialoga com Alves et al. (2021), ao evidenciar o paradoxo entre maior necessidade social e menor capacidade estatal nos contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Em contraste, a capacidade administrativa burocrática, operacionalizada pelo número de servidores estatutários per capita, não apresentou efeito estatisticamente significativo. A literatura recente sobre capacidades públicas na América Latina tem argumentado que políticas sensíveis a desigualdades demandam capacidades estatais específicas, que vão além de medidas genéricas de estrutura burocrática. Elaskar (2025), a partir de uma revisão sistemática sobre políticas orientadas a missão, sustenta que a implementação dessas agendas depende da articulação entre capacidades fiscais, institucionais e político-relacionais, o que contribui para compreender a limitação de proxies administrativas isoladas nos resultados observados.

Esse resultado sugere limites das proxies quantitativas usualmente utilizadas para mensurar capacidades estatais locais. Embora a literatura enfatize a relevância da burocracia especializada e da coordenação administrativa para a implementação de políticas de igualdade racial (Ferreira, 2021; Albrecht et al., 2022; Augusto & Manaf, 2022), os achados indicam que a simples dimensão numérica da burocracia não é suficiente para explicar a priorização da agenda racial no nível municipal, apontando para a importância de capacidades qualitativas e especializadas.

4.3 Institucionalidade participativa e transversalidade das políticas

A inclusão de variáveis relacionadas à institucionalidade participativa, cujos resultados são apresentados na Tabela 4, revela efeitos positivos e estatisticamente significativos da existência de conselhos municipais de direitos humanos e de conselhos de povos e comunidades tradicionais sobre os níveis de institucionalização das políticas de igualdade racial. Esse resultado está em consonância com evidências recentes sobre políticas municipais em contextos críticos. Ao analisarem a atuação dos municípios brasileiros durante a pandemia de COVID-19, Lui et al. (2023) demonstram que capacidades político-relacionais e a existência de canais institucionais de participação foram determinantes para respostas locais mais estruturadas, sugerindo que ambientes institucionais mais densos favorecem a consolidação de agendas públicas específicas.

Os odds ratios estimados indicam que municípios que dispõem dessas arenas participativas apresentam chances significativamente maiores de alcançar categorias superiores do ICMPIR. Esses resultados sugerem que a institucionalização das políticas raciais ocorre em contextos caracterizados por maior densidade institucional e transversalidade das agendas de direitos.

Esse achado é convergente com Silva (2023), ao indicar que a incorporação da agenda racial às rotinas estatais é favorecida por instâncias participativas permanentes, e com Carlos, Pereira e Rodrigues (2025), que associam maior densidade institucional à resiliência das políticas públicas. Ademais, os resultados dialogam com

Bauer et al. (2021), ao sugerirem que arranjos institucionais participativos contribuem para a sustentação de políticas sensíveis em contextos políticos adversos.

Tabela 4 – Modelo ordinal com institucionalidade participativa

Variável	Odds Ratio	IC 95% (Inf.)	IC 95% (Sup.)	p-valor
lnReceitaPC	1,949	1,534	2,483	0,000
CapAdm_pc	1,003	0,994	1,012	0,513
FaixaPop32	0,922	0,676	1,258	0,611
FaixaPop33	1,521	0,764	3,039	0,233
Conselho DH=1	3,535	1,147	11,243	0,030
Conselho Povos=1	4,877	1,029	21,996	0,043
UF22	0,946	0,626	1,428	0,792
UF23	1,110	0,733	1,683	0,622
UF24	1,106	0,719	1,702	0,647
UF25	0,948	0,635	1,414	0,792
UF26	0,748	0,493	1,134	0,171
UF27	0,577	0,350	0,948	0,030
UF28	0,643	0,375	1,097	0,106
UF29	1,201	0,849	1,698	0,300

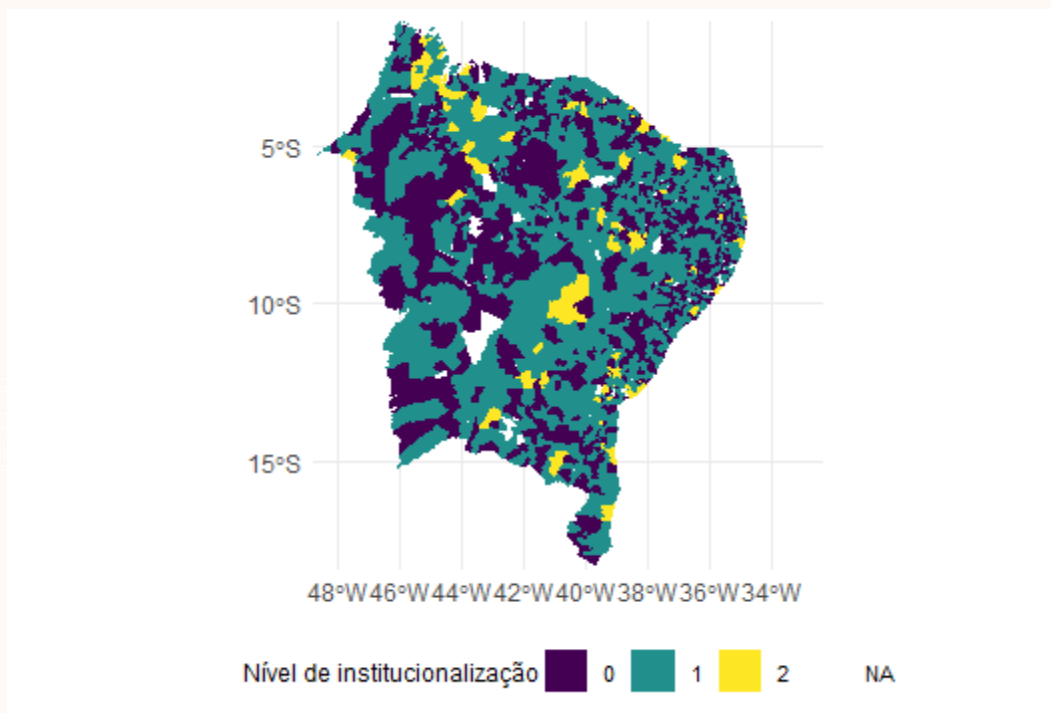
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa (2026).

4.4 Efeitos territoriais e heterogeneidades estaduais

Os efeitos fixos por Unidade da Federação, apresentados na Tabela 3, revelam heterogeneidades interestaduais na probabilidade de institucionalização das políticas de igualdade racial. Em alguns estados, observa-se menor chance de os municípios atingirem níveis mais elevados do ICMPIR quando comparados ao estado de referência, mesmo após o controle pelas variáveis fiscais, administrativas e institucionais.

A Figura 2, que apresenta a distribuição espacial do ICMPIR, reforça a existência dessas heterogeneidades territoriais, sugerindo que fatores históricos, políticos e institucionais em nível estadual podem influenciar a capacidade municipal de institucionalizar políticas raciais. Esses resultados são compatíveis com Felipe et al. (2025), que destacam o papel das desigualdades territoriais na conformação das capacidades estatais subnacionais, e com Carlos et al., Pereira e Rodrigues (2025), ao evidenciarem que trajetórias institucionais frágeis tendem a reproduzir padrões persistentes de baixa institucionalização.

Figura 2 – Distribuição espacial do Índice de Capacidade Municipal em Políticas de Igualdade Racial (ICMPIR)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa (2026).

4.5 Análise de robustez: regressão logística binária

Como teste de robustez, foi estimado um modelo de regressão logística binária, cujos resultados são apresentados na Tabela 5. De modo geral, os principais achados do modelo ordinal são mantidos: a capacidade fiscal preserva sinal positivo e estatisticamente significativo, enquanto a capacidade administrativa permanece não significativa. Esse resultado reforça a consistência das evidências empíricas acerca do papel dos recursos fiscais na institucionalização das políticas municipais de igualdade racial.

Tabela 5 – Resultados da regressão logística binária (modelo de robustez)

Variável	Odds Ratio	IC 95% (Inf.)	IC 95% (Sup.)	p-valor
(Intercept)	0,000	0,000	0,004	0,000
LnReceita _{pc}	1,795	1,367	2,377	0,000
CapAdm _{pc}	1,003	0,994	1,012	0,504
FaixaPop=2	0,997	0,714	1,390	0,986
FaixaPop=3	1,408	0,673	2,975	0,366
UF22	1,071	0,704	1,630	0,748
UF23	1,157	0,758	1,773	0,499
UF24	1,268	0,815	1,978	0,294
UF25	1,082	0,720	1,627	0,703
UF26	0,835	0,547	1,275	0,404
UF27	0,626	0,379	1,034	0,067
UF28	0,774	0,447	1,339	0,358
UF29	1,315	0,923	1,871	0,128

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa (2026).

5 CONCLUSÃO

Este artigo analisou os fatores institucionais, fiscais e socioeconômicos associados aos diferentes níveis de institucionalização das políticas públicas de igualdade racial nos municípios do Nordeste brasileiro, respondendo ao problema de pesquisa proposto. A partir da construção do Índice de Capacidade Municipal em Políticas de Igualdade Racial (ICMPIR) e da estimação de modelos de regressão logística, foi possível identificar padrões consistentes que explicam as variações observadas na institucionalização dessas políticas no nível municipal.

O primeiro objetivo específico, referente à mensuração do grau de institucionalização das políticas municipais de igualdade racial, foi plenamente alcançado por meio da construção do ICMPIR. A análise descritiva revelou que a institucionalização dessas políticas permanece incipiente na ampla maioria dos municípios nordestinos, com forte concentração nos níveis de ausência institucional ou baixa institucionalização. Esse resultado evidencia que, apesar da existência de marcos normativos nacionais, a tradução dessas diretrizes em arranjos institucionais locais ainda é limitada e desigual.

O segundo objetivo específico, voltado à identificação dos fatores fiscais e institucionais associados aos diferentes níveis de institucionalização, foi atendido pelos modelos multivariados estimados. Os resultados indicaram que a capacidade fiscal municipal, mensurada pela receita per capita, constitui um dos principais fatores associados à institucionalização das políticas de igualdade racial, aumentando significativamente a probabilidade de os municípios alcançarem níveis mais elevados do ICMPIR. Em contraste, a capacidade administrativa burocrática, operacionalizada pelo número de servidores estatutários per capita, não apresentou efeito estatisticamente significativo, sugerindo que a simples dimensão quantitativa da burocracia local não é suficiente para explicar a priorização da agenda racial no âmbito municipal.

O terceiro objetivo específico, que examinou o papel da institucionalidade participativa e das características territoriais, também foi alcançado. A existência de conselhos municipais de direitos humanos e de povos e comunidades tradicionais mostrou-se fortemente associada a maiores níveis de institucionalização das políticas de igualdade racial, indicando que ambientes institucionais mais densos e participativos favorecem a consolidação dessa agenda. Ademais, as heterogeneidades observadas entre as Unidades da Federação evidenciam que fatores históricos, políticos e institucionais em nível estadual influenciam a capacidade municipal de estruturar políticas raciais.

De forma integrada, os resultados permitem concluir que a institucionalização das políticas públicas de igualdade racial no nível municipal não depende apenas de recursos financeiros ou do fortalecimento genérico da burocracia local. Ela está condicionada à combinação entre capacidade fiscal, arranjos institucionais específicos e densidade participativa, que sustentam a agenda racial no interior das administrações municipais. Assim, o estudo contribui para o debate sobre capacidades estatais locais ao demonstrar que políticas sensíveis às desigualdades raciais exigem mais do que estruturas administrativas formais, demandando ambientes institucionais favoráveis e mecanismos permanentes de participação social.

Entre as limitações do estudo, destacam-se a natureza transversal dos dados, que impede inferências causais, e o uso de informações autorreferidas da MUNIC, potencialmente sujeitas a imprecisões. Ainda assim, a estratégia adotada permite avançar na compreensão dos fatores associados à ação municipal em políticas de igualdade racial. Pesquisas futuras podem aprofundar essa agenda ao incorporar abordagens longitudinais, explorar interações entre níveis federativos e investigar, por meio de estudos qualitativos, os processos políticos que permitem a institucionalização dessas políticas mesmo em contextos de restrição fiscal.

Em síntese, o artigo demonstra que os fatores institucionais, fiscais e socioeconômicos associados à institucionalização das políticas públicas de igualdade racial nos municípios do Nordeste brasileiro são desiguais e territorialmente condicionados, reforçando a necessidade de estratégias que articulem indução normativa, fortalecimento institucional e participação social para a consolidação dessa agenda no nível local.

Agradecimentos

Este artigo foi elaborado no âmbito da disciplina de Análise Multivariada de Dados, do Doutorado em Administração e Controladoria. A autora principal agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de estudos, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Albrecht, K., Carroll, D. A., Kass, A., Michnick, J., & Wetmore, B. (2024). Fiscal institutions and racial equity: Determining the price of water. *Public Budgeting & Finance*, 44(2), 45–68.
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen.

ARTIGO

Alves, F. F., Silva, J. B., Approbato, A. P. R., & Amaral, H. G. (2021). Aspectos das políticas públicas na promoção da igualdade racial: Conquistas e desafios. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, 13(29), 107–121.

Augusto, J. A. da R., & Manaf, M. A. (2022). (In) eficácia das políticas públicas para promoção da igualdade racial. *Transições*, 3(2), 69–99.

Bauer, M. W., Peters, B. G., & Pierre, J. (2021). Pathways to administrative resilience: Public bureaucracies ruled by democratic backsliders as a transnational challenge.

Brasil. (2010). *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial)*.

Brasil. (1988). *Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988*. Diário Oficial da União.

Cameron, B. T., & Evans, B. (2024). Policy capacity research: An overview and bibliography of the international literature, 1978 to 2023. *International Review of Public Policy*, 6(1), 110–141.

Carlos, E., Pereira, M. M., & Rodrigues, C. (2025). Desmonte de políticas públicas no governo Bolsonaro: Políticas para mulheres, de igualdade racial e para LGBTQIA+ em perspectiva comparada. *Lua Nova*, 124, e124044ec.

Cunha, R. D. O., Leite, I. C. G., Nogueira, M. C., & Cruz, D. T. D. (2025). Raça e racismo: Aspectos conceituais, históricos e metodológicos para pesquisas antirracistas em saúde. *Saúde e Sociedade*, 33, e230590pt.

Elaskar, L. Y. M. (2025). What public sector capabilities are critical for implementing mission-oriented policies in Latin America? Insights from a systematic review. *Revista do Serviço Público*, 76(especial A), 48–77.

Felipe, D. A., Santana, Q. S. M., Brito, E. C. S., Correia, L. A. D. S., Franco, M., & Pereira, S. D. S. (2025). As políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial nos municípios brasileiros: Tendências e desafios da gestão pública. *Revista do Serviço Público*. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/9441>

Ferreira, M. A. C. (2021). O discurso de meritocracia aplicado às políticas públicas de igualdade racial. *Diálogo*, 48, 1–12.

Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real* (2ª ed.). Penso.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo demográfico 2022: População por cor ou raça e comunidades quilombolas*.

Lopes, J. S. C., & Neves, P. S. da C. (2022). Quando a memória é o pomo da discórdia: O 13 de maio de 2020 e a Fundação Palmares. *Revista de História*, 181, a05921.

Lui, L., Segatto, C. I., Albert, C. E., & Santos, R. M. D. (2023). Capacidades estatais e políticas municipais de educação durante a pandemia de COVID-19. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e86049.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. In *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática* (pp. 76–97). Atlas.

Segatto, C. I., Euclides, F. M., & Abrucio, F. (2021). Capacidades estatais e seus efeitos nas políticas municipais de educação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(84).



EBAP

Encontro Brasileiro de Administração Pública
XIII EBAP, Junho de 2026, Brasília-DF, Brasil

ARTIGO

Silva, L. M. N. (2023). A ordem jurídico-política do direito à igualdade racial no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988: Perspectivas e desafios. *RECIMA21*, 4(5), e453217.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2025). *Boletim temático da população negra no Nordeste*.

Vilarinho, M. C., & Soares, R. (2024). Políticas públicas de promoção da igualdade racial: Pensando o sistema nacional de promoção da igualdade racial (SINAPIR). *Revista Fragmentos de Cultura*, 34(4), 806–820. <https://doi.org/10.18224/frag.v34i4.14483>

Zeifert, A. P. B., Wermuth, M. A. D., & Matos, G. E. C. (2024). Racismo estrutural e desigualdade social no Brasil: Possibilidades de enfrentamento a partir do cooperativismo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 129.